

PRINCIPAIS DESTAQUES DO RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER (RASEAM) 2026

Mulheres são maioria na população brasileira, aponta PNAD Contínua

Dados da PNAD Contínua revelam que, em 2024, o Brasil alcançou uma população de 211,9 milhões de habitantes. Desse total, as mulheres representam a maioria: são 51,2%, o equivalente a aproximadamente 108,5 milhões de pessoas.

A predominância feminina também se reflete na chamada razão de sexo — indicador que compara o número de homens em relação ao de mulheres. No período, o índice ficou em 0,95, evidenciando um cenário em que há menos homens do que mulheres no país.

Mulheres vivem mais e concentram óbitos em idades mais avançadas

Dados do Registro Civil do IBGE indicam que, em 2024, o Brasil registrou cerca de 1,5 milhão de óbitos. Desse total, 53,2% foram de homens. Embora a diferença entre os sexos pareça discreta à primeira vista, ela se amplia significativamente quando se observa a natureza das mortes: nos casos de óbitos não naturais, os homens representam expressivos 82,3%.

A análise por faixa etária reforça esse contraste. Entre os homens, há maior concentração de mortes em idades mais jovens. Já as mulheres tendem a viver mais e, conseqüentemente, a morrer mais tarde. Prova disso é que, entre pessoas com mais de 80 anos, as mulheres concentram 40,3% dos óbitos, enquanto entre os homens essa proporção é de 24,5% em 2024.

Mulheres têm menos filhos e adiam cada vez mais a maternidade

A dinâmica da fecundidade no Brasil vem passando por mudanças consistentes. Em 2024, a taxa de fecundidade do país caiu para 1,55 filho por mulher - ligeiramente abaixo do registrado no ano anterior (1,57) e bem distante dos 1,82 observados em 2015.

Os dados dos Censos Demográficos também mostram uma transformação no perfil das famílias. Entre 2010 e 2022, diminuiu a proporção de mulheres com mais de dois filhos, passando de 44,7% para 38,1%. Em contrapartida, cresceu o número de mulheres com apenas um filho (de 25,7% para 28,4%) e com dois filhos (de 29,6% para 33,5%).

Outro movimento marcante é o adiamento da maternidade. Houve redução na participação de nascimentos de mães mais jovens, especialmente entre 18 e 24 anos, cuja proporção caiu de 36,3% para 28,2% no período. Ao mesmo tempo, aumentou o peso de filhos de mulheres com mais de 30 anos: a faixa de 30 a 39 anos passou de 27,2% dos nascimentos, em 2010, para 35,3% em 2022, indicando uma tendência clara de postergação da maternidade no país.

Cor e território: mulheres pretas e pardas são maioria nas favelas

Dados do Censo Demográfico de 2022 evidenciam que, embora 54,5% das mulheres no Brasil se declarem pretas ou pardas, essa participação é ainda mais expressiva nos territórios de favela. Nesses espaços, elas representam 72,4% das moradoras, revelando uma sobrerrepresentação que expõe como a pobreza no país também é atravessada pela cor ou raça.

O recorte territorial reforça essa desigualdade. Em 2022, 8,1% das mulheres e 8,0% dos homens viviam em favelas no Brasil. No entanto, ao observar a distribuição por cor ou raça, a presença é significativamente maior entre pessoas pretas e pardas. Entre as mulheres pretas, 13,1% residiam nesses locais, enquanto entre as pardas o percentual era de 10,3%. Entre os homens, os índices também são elevados: 12,5% para pretos e 10,0% para pardos, confirmando a concentração dessas populações em áreas mais vulneráveis.

Mulheres entram mais cedo e saem antes das uniões conjugais no Brasil

Dados do Censo Demográfico de 2022 mostram que, nas idades mais jovens, a proporção de mulheres em união conjugal é superior à dos homens. A partir dos 35 anos, porém, esse quadro se inverte, indicando que elas tendem a iniciar relacionamentos formais mais cedo.

O movimento de saída dessas uniões também ocorre de forma mais precoce entre as mulheres. Seja pela maior longevidade — que aumenta a chance de viuvez — ou por separações e divórcios, a proporção feminina em união passa a cair já a partir dos 35 anos. Entre os homens, por outro lado, essa participação se mantém relativamente estável ao longo das décadas seguintes, com redução mais acentuada apenas após os 80 anos.

Mulheres lideram pedidos de divórcio não consensual, com destaque para a Região Centro-Oeste

Em 2024, o Brasil registrou 350,4 mil divórcios, sendo 65,9% consensuais. Nos casos não consensuais, as mulheres foram as principais requerentes: dos 119 mil processos desse tipo, 60,1% partiram delas.

O comportamento, porém, varia regionalmente. No Nordeste, a divisão é mais equilibrada, com mulheres solicitando 51,9% dos divórcios não consensuais. Já na Região Centro-Oeste, a diferença se acentua, com 67,6% dos pedidos feitos por mulheres, apontando um padrão mais expressivo nesse território.

Taxa de desocupação atinge mínima histórica para mulheres e homens

Em 2024, a taxa de desocupação feminina ficou em 8,1%, enquanto a masculina foi de 5,5%. A desocupação no Brasil está em nível mais baixo desde o início da série da PNAD Contínua. Se comparada a 2016, a taxa de desocupação das mulheres caiu 5,4 pontos percentuais, deixando de ter dois dígitos em 2023.

Mulheres pretas são maioria entre resgatados do trabalho doméstico análogo à escravidão

Em 2024, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, 2.075 pessoas foram resgatadas em situação análoga à escravidão no Brasil. Destas, 71,3% se declaravam de cor parda ou preta e apenas 10,1% eram mulheres.

Especificamente no trabalho doméstico, houve resgate de 19 pessoas em condições análogas à escravidão, sendo 11 mulheres (57,9%) e 10 pessoas pretas (52,6%). Mulheres pretas eram o grupo mais numeroso no total de resgatados do trabalho doméstico (6 de 19).

Segundo maior grupo de atividade das mulheres que trabalham no campo é caracterizado pela não remuneração

Em 2024, a população ocupada no setor da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura totalizava 7,8 milhões de pessoas, sendo 18,7% de mulheres (1,5 milhão). Assim como entre os homens deste setor, grande parte das mulheres ocupadas era trabalhadora por conta própria (37,3%).

No entanto, entre as mulheres um grupo está sobrerrepresentado na comparação com o seu peso entre homens: as trabalhadoras familiares auxiliares, que são aquelas que ajudam um membro do domicílio na atividade no campo sem receber nada por isso, sendo a remuneração paga ao membro da família que recebe a ajuda dessa mulher. 27,2% das mulheres deste setor tinham essa posição na ocupação em 2024.

Mulheres são maioria dos beneficiários do PRONAF no Nordeste

Em 2024, 1,1 milhão de pessoas foram beneficiadas pelo PRONAF, sendo 38,5% mulheres. Em termos regionais, o programa no Nordeste beneficiou maior número de pessoas (610,4 mil) e maior proporção de mulheres (50,4%), ao passo que a menor proporção ocorreu na Região Sul (apenas 18,4% dos beneficiários).

Mulheres recebiam em média 21,2% a menos que os homens no setor formal

Conforme os dados do 4º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios, as mulheres recebiam em média 78,8% da remuneração dos homens no setor formal, ou seja, 21,2% a menos. A remuneração média delas ficou em R\$3.905, enquanto a dos homens foi estimada em R\$4.953 no 1º semestre de 2025.

Já com base na PNAD Contínua, que considera todo o mercado de trabalho, as mulheres recebiam em média 78,6% do rendimento dos homens em 2024, ou seja, 21,4% a menos. Enquanto o rendimento médio habitualmente recebido em todos os trabalhos foi estimado em R\$2.778 para as mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas, o deles ficou em R\$3.533.

Trabalho reprodutivo afeta a busca por trabalho das mulheres

Em 2024, 4,1 milhões de mulheres estavam na força de trabalho potencial, sendo 2,8 milhões de mulheres pretas ou pardas, o que equivalia a 69,3% delas. Grande parte das mulheres na força de trabalho potencial faziam parte do grupo desalentado, ou seja, daquele que não buscou trabalho, mas gostaria de trabalhar e estava disponível caso um trabalho aparecesse.

Dentre os motivos para a não procura, os mais citados foram a não oferta de trabalho na localidade (25,9%) e o trabalho reprodutivo (22,9%), isto é, os afazeres domésticos e o cuidado de filhos ou outro parente.

Domicílios chefiados por mulheres pretas ou pardas têm menor renda domiciliar *per capita*

Enquanto 43,7% dos domicílios com responsável do sexo masculino tinham rendimento *per capita* de até 1 salário-mínimo, no caso dos domicílios com responsável mulher esta proporção era de quase 60% (57,0%). Se por um lado, as mulheres brancas possuem uma

distribuição de renda domiciliar bem próxima da dos homens, por outro lado as mulheres pretas ou pardas que chefiam os domicílios possuem um peso maior na baixa renda: 67,3% dos domicílios com rendimento de até 1 salário-mínimo.

Reduz a proporção de domicílios com insegurança alimentar no País entre 2023 e 2024

De acordo com a PNAD Contínua, em 2024, 18,9 milhões de domicílios estavam em situação de insegurança alimentar. Na comparação com 2023, quando 21,2 milhões de domicílios estavam com insegurança alimentar no País, houve redução de 10,6% no número de domicílios nesta situação, afetando tanto domicílios com responsável mulher quanto aqueles com chefe homem, e em todos os graus de insegurança.

Dos domicílios com mulher responsável, em 2024, 27,9% tinham insegurança alimentar, sendo 18,9% leve, 5,4% moderada e 3,6% grave. Já naqueles com responsável homem estas proporções eram menores: 20,1% com insegurança, sendo 13,7% leve, 3,6% moderada e 2,8% grave.

Brasil beira universalização da alfabetização entre jovens, mas ainda enfrenta lacunas na terceira idade

Os dados educacionais mostram que ocorreu uma ampliação do acesso à educação formal nos últimos anos, resultando no aumento da taxa de alfabetização. É possível observar que o País está próximo de alcançar a universalização da alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos. Também se verifica que os níveis de alfabetização são semelhantes entre mulheres e homens, em todas as faixas etárias. À medida que a faixa etária aumenta, ocorre um distanciamento da universalidade da alfabetização. Enquanto entre as mulheres de 15 a 24 anos a taxa de alfabetização é praticamente universal (99,7%), entre aquelas com 50 anos ou mais esse percentual cai para 88,6%.

Taxa de alfabetização são menores para as pessoas residentes em favelas e comunidades urbanas

A taxa de alfabetização das pessoas residentes em favelas e comunidades urbanas são menores em comparação com a taxa do total da população. Dados do Censo Demográfico de 2022 mostram que nessas áreas a taxa de alfabetização das mulheres de 55 a 64 anos era de 85,9%, caindo para 71,9% no grupo de 65 anos ou mais. Esses percentuais contrastam com a taxa nacional que, nas mesmas faixas etárias, atinge 89,5% e 79,6%, respectivamente. O Brasil tem atualmente 179.300 escolas da educação básica. Entretanto, de acordo com o Censo Demográfico 2022, apenas 7.896 estabelecimentos em favelas e comunidades urbanas são instituições de ensino para atender uma população de 16,4 milhões de pessoas, dificultando o acesso da população à educação formal.

Machismo estrutural: Cuidado doméstico é motivo de evasão para 30% das mulheres e menos de 1% dos homens

Outro ponto importante a se destacar é que a diminuição da taxa de frequência escolar líquida com a idade, em geral, é resultado da obrigatoriedade de outras tarefas que os estudantes não conseguem conciliar com os estudos, resultando na evasão escolar. E, apesar da frequência feminina ser maior, observa-se, desde cedo, uma divisão sexista das responsabilidades. Das pessoas de 15 a 29 anos que nunca frequentaram escola, ou que já frequentaram e não concluíram o ensino médio ou curso equivalente, o principal motivo da

não frequência para as mulheres é a realização de afazeres domésticos ou cuidado de crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência. Por outro lado, o principal motivo para os homens era a necessidade de trabalhar.

Os afazeres domésticos e os cuidados não alcançam nem 1% dos motivos expostos pelos homens para o abandono escolar. Em contrapartida, para as mulheres, correspondem a 30,1% entre as brancas e a 37,5% entre as pretas e pardas.

A "divisão sexual do conhecimento": Mulheres lideram matrículas, mas seguem concentradas em áreas de cuidado e educação

De acordo com dados do Censo Escolar 2024, as mulheres são maioria na proporção de pessoas matriculadas no ensino médio técnico integrado à educação profissional (56,8%) e nas pessoas matriculadas na educação profissional (56,7%). Em relação aos cursos profissionalizantes, ainda há uma forte divisão entre cursos femininos e masculinos. Apesar de serem maioria, as mulheres estão concentradas em área de ambiente e saúde (81,8%), desenvolvimento educacional e social (82,4%) e ensino médio - normal/magistério (84,2%). Em contrapartida, há uma baixa participação das mulheres nos cursos de controle e processos industriais (18,0%) e militar (16,0%).

Essa tendência continua no ensino superior, onde as mulheres eram a maioria nas matrículas em 2023, com base no Censo da Educação superior. Elas representavam 59,2% nas matrículas, sendo 59,4% das(os) ingressantes e 59,6% das(os) concluintes. Em relação aos cursos, Pedagogia tinha 92,2% de mulheres, Enfermagem 83,7%, ao passo que em Ciência da Computação, Sistema de Informação e Engenharia de Controle e automação, a participação feminina era de apenas 14,2%, 19,2% e 15,2%, respectivamente. Isso demonstra que a divisão sexual do trabalho e do conhecimento ainda não foi superada. E essa divisão ainda se reflete na escolha dos cursos de nível superior.

Mulheres negras enfrentam obstáculos estruturais e racismo para acessar o ensino superior

A taxa de frequência líquida, indicador que mede a proporção de alunos matriculados na etapa de ensino adequada à sua faixa etária, era radicalmente menor no ensino superior, em comparação com a educação básica, tanto entre as mulheres (31,4%) quanto entre os homens (22,9%).

A Região Nordeste apresentava as menores taxas para mulheres (25,6%) e homens (18,2%). A Região Sul tinha a maior taxa para as mulheres (36,4%), enquanto para os homens a maior taxa ocorria na Região Centro-Oeste (28,3%). Enquanto as mulheres brancas apresentaram taxa de 41,8%, as mulheres pretas ou pardas, 24,5%.

Doenças crônicas lideram mortes de mulheres no Brasil

Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (Ministério da Saúde) indicam que a mortalidade feminina no país é predominantemente causada por doenças crônicas não transmissíveis. As principais causas são as doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 27% dos óbitos, seguidas pelas neoplasias, com 18,6%. Ambas apresentam maior incidência entre mulheres do que entre homens, evidenciando o peso dessas condições na saúde feminina brasileira.

Diferenças regionais e raciais marcam as mortes de mulheres por câncer de mama e colo do útero no Brasil

Em 2024, o Brasil registrou 20.842 mortes por câncer de mama, com taxa de 23,6 óbitos por 100 mil mulheres, concentradas principalmente nas regiões Sul (27,6) e Sudeste (26,3). No mesmo período, o câncer de colo do útero foi responsável por 7.473 óbitos, com taxa nacional de 8,5 por 100 mil mulheres, apresentando maior incidência no Norte (9,7), seguido pelo Sudeste (8,8).

Os dados também evidenciam diferenças raciais relevantes. As mortes por câncer de mama ocorrem majoritariamente entre mulheres brancas (56,6%), seguidas pelas pardas (33,7%). Já no câncer de colo do útero, observa-se um padrão inverso: a maior concentração de óbitos está entre mulheres pardas (48,9%), seguida pelas mulheres brancas (40,7%).

Cobertura da vacina contra HPV no Brasil cresce, mas ainda é marcada por desigualdades e desafios de adesão

A inclusão da vacina contra o HPV no Programa Nacional de Imunizações, em 2014, representou um marco na prevenção do câncer do colo do útero ao garantir acesso gratuito para crianças e adolescentes. Em 2024, a cobertura nacional entre jovens de 9 a 14 anos chegou a 62,4%, com maior adesão entre meninas (69,3%) do que entre meninos (55,8%), indicando persistência da percepção de que o HPV afeta apenas mulheres. Os dados também evidenciam fortes desigualdades regionais: enquanto estados como Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina superam 70% de cobertura, outros, como Rio de Janeiro, Bahia e Pará, ainda apresentam índices baixos, alguns inferiores a 55%.

Casos de Aids entre mulheres mais velhas crescem no Brasil

Dados de notificações entre 2000 e 2024 mostram uma mudança no perfil da Aids entre mulheres no Brasil. Embora os casos tenham diminuído entre as mais jovens, as faixas de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos ainda concentram números elevados, com mais de 2.600 e cerca de 2.800 registros, respectivamente, em 2024. O dado mais expressivo, porém, é o avanço entre mulheres com 50 anos ou mais, cujos casos praticamente triplicaram no período, indicando o envelhecimento da epidemia e a necessidade de ampliar estratégias de prevenção para além do público jovem.

Brasil atinge recorde de cesarianas e mantém percentual muito acima do recomendado pela OMS

Entre 2014 e 2024, a proporção de partos cesáreos no Brasil aumentou de 57% para 60,6%, atingindo o maior nível da série histórica, segundo o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Mesmo nos anos de relativa estabilidade, entre 2015 e 2019, os índices permaneceram significativamente acima do limite de 15% recomendado pela Organização Mundial da Saúde, evidenciando a persistência de um modelo de atenção

Brasil reduz os nascimentos entre meninas de até 14 anos, mas milhares ainda são vítimas de estupro e gravidez precoce

Dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos indicam uma redução expressiva de mais de 55% nos nascimentos de meninas de até 14 anos no Brasil entre 2014 e 2024, passando de 28.245 para 11.997 casos. Apesar da queda ao longo da década, o volume

ainda elevado de partos nessa faixa etária evidência que a gravidez infantil segue como uma grave violação de direitos humanos no país.

Situação conjugal de meninas que dão à luz revela contexto de violência no Brasil

Segundo o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos mostram que, entre meninas de até 14 anos que deram à luz, 10.498 são solteiras, 1.279 estão em união consensual e há ainda registros de casamento formal. Pela legislação brasileira, toda gestação nessa faixa etária é considerada resultado de estupro, o que evidencia a gravidade e a extensão da violência sexual contra crianças no país.

Brasil reduz mortalidade materna e já está abaixo da meta global, mas desigualdades raciais persistem e mulheres indígenas têm risco até 2,5 vezes maior

A Razão de Mortalidade Materna (RMM), indicador-chave da qualidade do sistema de saúde, foi de 59,7 óbitos por 100 mil nascidos vivos no Brasil em 2024, segundo o Ministério da Saúde. Apesar da tendência de queda, os dados revelam fortes desigualdades raciais: mulheres pretas têm risco 1,5 vez maior que o de mulheres brancas, enquanto mulheres indígenas enfrentam um risco cerca de 2,5 vezes superior. O país estabeleceu como meta reduzir a RMM para até 30 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030, o que exigirá avanços no enfrentamento dessas desigualdades.

Adoecimento mental cresce entre mulheres trabalhadoras e expõe desigualdades estruturais

Dados do Ministério da Saúde sobre saúde mental no trabalho indicam que as mulheres são maioria crescente entre os casos de transtornos relacionados à atividade laboral. Entre 2014 e 2024, a participação feminina nas notificações subiu de 57,9% para 71,9%, o que significa que, em 2024, sete em cada dez registros foram de trabalhadoras. O avanço evidencia o impacto desigual do mundo do trabalho sobre as mulheres, marcado por fatores como a sobrecarga da dupla jornada, vínculos precários, concentração em atividades de cuidado e maior exposição a situações de violência.

Programa de dignidade menstrual avança, mas ainda atende parcela pequena das elegíveis

Em 2024, o Programa de Dignidade Menstrual atendeu 2,2 milhões de mulheres no Brasil, o equivalente a apenas 11,4% das 19,2 milhões elegíveis. Até agosto de 2025, 1,5 milhão já havia sido beneficiada, com predominância de mulheres pardas (70,4%), seguidas por brancas (21,6%) e pretas (7,1%). Mulheres amarelas (0,5%) e indígenas (0,4%) aparecem com os menores percentuais, evidenciando tanto o alcance ainda limitado da política quanto desigualdades no acesso.

Violência contra mulheres no Brasil tem maioria de vítimas pretas e pardas

Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Ministério da Saúde) mostram que, desde 2014, houve aumento significativo nas notificações de violência contra mulheres em todas as faixas etárias. Entre 2023 e 2024, porém, o crescimento nacional foi discreto (1,8%), com concentração entre mulheres mais jovens. Entre as adultas (20 a 59 anos), a maioria das notificações atinge mulheres pretas e pardas (60,8%), enquanto mulheres brancas representam 37,0%, evidenciando desigualdades raciais no perfil da violência.

Maioria da violência contra mulheres ocorre dentro de casa

O ambiente doméstico segue sendo o principal espaço de risco para as mulheres no Brasil. Em 70,7% das notificações de violência contra mulheres adultas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Ministério da Saúde), a agressão ocorreu dentro de casa. Entre as mulheres idosas, esse percentual é ainda mais elevado, chegando a 86,2%, o maior entre todas as faixas etárias.

Violência contra mulheres combina força física e terror para impor submissão

A violência contra as mulheres está profundamente ligada a relações desiguais de poder, nas quais homens exercem controle, dominação e coerção, restringindo a autonomia e a liberdade das vítimas. Entre mulheres de 20 a 59 anos, forma mais frequente de agressão é a força corporal ou o espancamento, presente em 68% dos casos, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Ministério da Saúde. Em seguida, aparecem as ameaças, que correspondem a 26,9% das notificações.

Os dados evidenciam que, além da violência física, a intimidação e o terror psicológico são elementos estruturais dessas agressões, funcionando como mecanismos de manutenção do ciclo de violência contra as mulheres.

Violência contra mulheres com deficiência atinge principalmente quem tem transtornos mentais

Entre mulheres com deficiência, o maior volume de notificações de violência em 2024 ocorreu na faixa de 20 a 59 anos, com 13.424 casos. Nesse grupo, predominam situações envolvendo transtorno mental (44,8%), seguidas por transtornos de comportamento (18,7%) e deficiência intelectual (10,3%), que juntos somam 73,8% das ocorrências. Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Ministério da Saúde) indicam que a violência incide com maior intensidade sobre mulheres com maior grau de dependência funcional ou limitações cognitivas, o que reduz a autonomia e dificulta o acesso a redes de proteção e denúncia.

Quase 7 em cada 10 estupros no Brasil são de vulnerável

Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública mostram que, das 71.652 ocorrências de estupro registradas em 2025, 49.910 foram classificadas como estupro de vulnerável, representando 69,7% do total. A taxa nacional é de 65,5 casos por 100 mil mulheres, mas há fortes desigualdades regionais: estados como Roraima e Mato Grosso do Sul ultrapassam 155 casos por 100 mil, mais que o dobro da média. Já Ceará, Pernambuco e Minas Gerais apresentam as menores taxas, evidenciando variações significativas na incidência ou no registro do crime no país.

Brasil registra 1,5 mil feminicídios em 2025, e número de tentativas é mais que o dobro das mortes

Em 2025, o Brasil registrou 1.548 feminicídios e 3.821 tentativas, mais que o dobro em relação às mortes consumadas, evidenciando a intensidade da violência letal contra mulheres. No mesmo período, houve 2.140 assassinatos classificados como homicídio doloso ou lesão corporal seguida de morte e 5.099 tentativas.

Segundo os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apesar de uma queda geral de 4,8% nas mortes em relação a 2024, os feminicídios cresceram 3,6%, indicando

agravamento específico desse tipo de crime. No acumulado de 2015 a 2025, foram 44.761 mulheres mortas e 89.334 tentativas, revelando um cenário persistente e alarmante de violência letal no país.

Quase 29 mil mulheres desapareceram no Brasil em um ano

Em 2024, o Brasil registrou 28.864 desaparecimentos de mulheres, com taxa nacional de 26,5 por 100 mil. De acordo com as informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o fenômeno apresenta forte desigualdade territorial: estados como Roraima, Rio Grande do Sul e Distrito Federal registram taxas muito acima da média, seguidos por Amapá, Espírito Santo e Mato Grosso. Os dados indicam a gravidade e a concentração regional do desaparecimento de mulheres no país, evidenciando a necessidade de respostas mais eficazes de prevenção e investigação.

Brasil tem mais de 2,6 mil serviços de atendimento a mulheres, com concentração no Sudeste e Nordeste

O Brasil conta atualmente com 2.617 serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, segundo as informações do Ministério das Mulheres. A maior concentração está no Sudeste, com 794 unidades, seguido pelo Nordeste, com 739. As informações sobre essa rede estão disponíveis no painel do Ministério das Mulheres e também são acessíveis por meio da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que orienta e encaminha mulheres para os serviços disponíveis.

Reforço institucional faz “Ligue 180” crescer novamente no Brasil

Ao longo de duas décadas, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 realizou mais de 16 milhões de atendimentos, consolidando-se como principal canal de denúncia e orientação. Entre 2015 e 2019, houve crescimento contínuo, atingindo mais de 1,5 milhão de ligações. A partir de 2019, com a unificação ao Disque 100 por meio de decreto federal, os atendimentos passaram a cair, chegando a 568,6 mil em 2023, em um contexto marcado também pela pandemia de COVID-19.

Com a recriação do Ministério das Mulheres e a reestruturação do serviço, incluindo a retomada de uma central independente em 2024, os números voltaram a crescer, alcançando 691,5 mil atendimentos em 2024 e 864,7 mil em 2025. Os maiores volumes concentram-se em estados mais populosos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, refletindo tanto o tamanho da população quanto o acesso à informação e aos serviços.

Violência psicológica é a mais registrada no Ligue 180 em 2025

Em 2025, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 registrou 679,1 mil situações de violência a partir de 155 mil denúncias. A maioria dos casos ocorreu no contexto da violência doméstica, evidenciando que o ambiente familiar segue como principal espaço de risco para as mulheres. Nesse cenário, a violência psicológica foi a mais frequente, representando 41,6% dos registros, o que revela a centralidade de práticas como ameaças, humilhações e controle no ciclo de violência.

Maioria das agressões contra mulheres é cometida por parceiros ou ex-parceiros

Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 indicam que a maioria das violências contra mulheres no país é cometida por homens com quem a vítima mantém ou manteve relação afetiva. No 4º trimestre de 2025, ex-companheiros foram responsáveis por 31,5% das ocorrências, seguidos pelos companheiros atuais (24,3%). O padrão reforça que a violência contra mulheres ocorre predominantemente no âmbito das relações íntimas.

Equipamento estratégico no combate à violência, Casa da Mulher Brasileira completa uma década

A Casa da Mulher Brasileira completou uma década em 2025, desde a inauguração da primeira unidade em Campo Grande (Mato Grosso do Sul). Atualmente, o país conta com 11 unidades distribuídas por todas as regiões. Só em 2025, foram realizados 451,2 mil atendimentos, evidenciando a importância desse equipamento na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.

Apreensão de armas de agressores em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) se concentra em três estados e é chave para prevenir feminicídios

A retirada de armas de fogo de agressores, prevista no art. 22 da Lei Maria da Penha, é uma medida central para reduzir o risco de feminicídio. Em 2023, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher apreenderam 2.147 armas, com forte concentração em São Paulo (22,1%), Rio Grande do Sul (15,7%) e Paraná (14,5%), que juntos respondem por mais da metade do total nacional. Os dados evidenciam a importância da aplicação dessa medida protetiva no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Encarceramento feminino no Brasil é dominado por crimes não violentos como principal causa

Em junho de 2025, o Brasil registrava 31.773 mulheres presas, com quase metade concentrada no Sudeste (49,4%). A taxa de ocupação do sistema prisional feminino ultrapassou a capacidade, passando de 92,3 para 101,9 entre dezembro de 2024 e 2025, com aumentos em todas as regiões — especialmente no Nordeste e no Sul.

O perfil das prisões revela forte concentração em crimes não violentos: 48,3% das mulheres estão presas por delitos relacionados às drogas, seguidos por crimes contra o patrimônio (27,4%) e contra a pessoa (14,7%). Os dados evidenciam um padrão de encarceramento feminino marcado por infrações de menor potencial ofensivo e pela crescente pressão sobre o sistema prisional.

Menos da metade dos presídios tem estrutura para gestantes e bebês, com pior cenário no Sul e Sudeste

Em 2025, apenas 48% dos estabelecimentos prisionais brasileiros possuíam celas ou dormitórios adequados para gestantes, enquanto somente 40,7% contavam com berçários ou creches. As diferenças regionais são expressivas: o Centro-Oeste (69,9%) e o Norte (62,5%) apresentam os melhores índices de estrutura para gestantes, enquanto Sudeste (31,6%) e Sul (34,8%) concentram os piores resultados. Os dados evidenciam a insuficiência e a desigualdade da infraestrutura voltada a mulheres grávidas e bebês no sistema prisional.

Desigualdade de gênero marca o Congresso: apenas 2 em cada 10 parlamentares são mulheres

Na Câmara dos Deputados, as mulheres ocupam apenas 17,3% das cadeiras parlamentares. Já no Senado Federal, a participação feminina é ligeiramente maior, correspondendo a 18,5% do total de parlamentares.

Apesar dessa presença ainda limitada, a desigualdade se torna mais evidente quando se observa a distribuição dos cargos de liderança. Mesmo representando 17,3% na Câmara e 18,5% no Senado, as mulheres ocupam somente 13% das posições de comando nas Casas Legislativas.

Os dados indicam que os desafios enfrentados pelas mulheres na política não se restringem ao ingresso no Parlamento. Há também obstáculos significativos para a ascensão a funções estratégicas e de maior poder decisório dentro das estruturas legislativas.

Apesar de avanços, Brasil ainda registra Estados sem nenhuma candidata ao governo

De acordo com os dados do TSE, a participação feminina não atinge 35% do total geral, nem 45% das candidaturas em nenhum dos cargos analisados. Em 2002, não houve nenhuma mulher candidata à Presidência da República.

O cargo com maior representatividade proporcional de mulheres foi o de vice-governadora, que, em 2022, registrou 41% de candidatas. Já em 2002, apenas 19 mulheres concorreram ao cargo de governadora, número inferior ao número de unidades federativas, o que indica que diversos estados não ofereceram aos eleitores nenhuma candidatura feminina para esse cargo

Executivos estaduais e ministérios: mulheres seguem afastadas do centro do poder

Apenas 7,4% dos governos estaduais e do Distrito Federal são chefiados por mulheres. Atualmente, dos 26 estados e do DF, há governadoras apenas no Rio Grande do Norte e em Pernambuco.

Já nos ministérios, as mulheres ocupavam 26,3% dos cargos de comando. Além disso, metade dessas ministras dirige pastas sociais, voltadas a minorias e áreas de cuidado, o que reforça a concentração feminina em setores tradicionalmente associados à área do cuidado.

No Judiciário, quanto mais alto o cargo, menor a presença feminina

No Supremo Tribunal Federal (STF), há apenas uma mulher entre os 11 ministros. Nos tribunais superiores, por sua vez, menos de 20% das vagas são ocupadas por mulheres. Já nos tribunais de segundo grau, a presença feminina é de 27%, enquanto nos tribunais de primeiro grau as mulheres ocupam cerca de 42% dos cargos.

Esse padrão, portanto, evidencia a redução progressiva da presença feminina à medida que se avança na hierarquia do Judiciário. Ou seja, embora as mulheres estejam ingressando por meio de concursos nos tribunais de primeiro grau, a participação feminina vai diminuindo conforme aumenta o nível do tribunal.

Mulheres ainda são minoria nas direções partidárias

Embora algumas siglas apresentem maior participação feminina em suas direções, como o PSOL (61,9% de mulheres), a maioria dos diretórios nacionais ainda é dominada por homens. Nesse sentido, o PSOL é o único partido em que há predominância feminina na direção nacional, seguido por PT (44,8%) e REDE (39,0%), que também registram participação feminina significativa.

Por outro lado, PP, UNIÃO, PL, Republicanos, Solidariedade, PSD e PSDB apresentam presença feminina abaixo de 30%, culminando no PDR e no Novo, que possuem suas Executivas Nacionais totalmente compostas por homens.

Assim, a sub-representação feminina tem origem, em grande medida, na organização interna dos partidos, onde se concentram as disputas por poder e a definição de candidaturas.

Centrais sindicais: mulheres avançam, mas não chegam ao topo

Em centrais sindicais como CTB e CUT, as mulheres representam cerca de 45% dos cargos em secretarias e direções intermediárias. No entanto, nos postos de maior destaque, como presidência e vice-presidência, a presença feminina cai drasticamente. Dessa forma, o cenário indica avanços parciais, mas revela a manutenção de barreiras estruturais ao acesso das mulheres à liderança máxima.

Administração Pública Federal: mulheres tem menos acesso aos cargos mais altos

Nos níveis mais baixos dos cargos DAS, a presença feminina é mais expressiva, especialmente entre mulheres sem vínculo efetivo. À medida que se avança na hierarquia, porém, os homens passam a predominar, com diferenças crescentes nos níveis intermediários e superiores. Nesse contexto, os gráficos mostram uma tendência descendente para as mulheres e ascendente para os homens, o que evidencia limites à progressão feminina.

Esse fenômeno está associado ao chamado teto de vidro, uma barreira invisível que dificulta a ascensão das mulheres a posições de liderança mais altas, mesmo quando possuem qualificação equivalente à dos homens. Assim, explica-se o fato de que, apesar de as mulheres serem maioria no quadro funcional, elas ocupam proporções cada vez menores à medida que aumenta o nível hierárquico dos cargos DAS, independentemente do tipo de vínculo

Trabalho, cuidado e poder: desigualdade se aprofunda com a maternidade

Em todos os níveis dos cargos DAS, a proporção de homens com filhos é maior do que a de mulheres. Enquanto entre as mulheres com filhos os percentuais variam de 10,3% a 17,6%, entre os homens com filhos os índices vão de 23,2% a 31,1%. Além disso, a diferença é mais acentuada nos cargos intermediários e superiores, que exigem maior disponibilidade de tempo. Dessa forma, os dados refletem a divisão desigual do trabalho de cuidado, o que impacta diretamente a trajetória profissional das mulheres.

Na cultura, mulheres perdem espaço e seguem ganhando menos que homens

Enquanto a participação feminina no conjunto da economia cresceu entre 2011 e 2021 e a diferença salarial apresentou redução, o setor cultural seguiu na direção oposta.

Dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE) indicam que, na economia como um todo, a participação feminina cresceu de 42,3% em 2011 para 44,9% em 2021. No mesmo período, a diferença salarial entre homens e mulheres caiu de 20,5% para 14%, mas segue expressiva.

Já nos setores culturais, a participação feminina caiu de 45,7% em 2011 para 43,7% em 2021. Além disso, a desigualdade salarial no setor cultural apresentou leve redução, porém permanece superior à média da economia geral, o que indica maior precarização relativa do trabalho das mulheres nessas atividades.

Mulheres recebem menos que homens no setor cultural em todas as regiões do país

O rendimento médio no setor cultural é superior à média nacional, porém apresenta fortes desigualdades regionais. No Sudeste e no Nordeste, por exemplo, os rendimentos culturais estão acima da média regional. Já no Norte, no Sul e no Centro-Oeste, os rendimentos culturais são inferiores à média dos demais setores.

Além disso, em todas as regiões do Brasil os homens recebem mais do que as mulheres no setor cultural. Nesse cenário, a maior diferença salarial é registrada no Centro-Oeste, enquanto o Nordeste apresenta a menor desigualdade relativa.

Recorde no número de mulheres praticando atividade física, mas elas seguem em desvantagem se comparadas aos homens

A proporção de pessoas adultas que realizam a quantidade recomendada de atividade física aumentou de 30,3% em 2009 para 40,6% em 2023. Nesse período, o maior crescimento ocorreu entre as mulheres: em 2023, 36,2% relataram praticar atividade física regularmente, percentual até então inédito na série histórica.

Ainda assim, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados limita o tempo livre e, consequentemente, a prática de atividade física entre as mulheres. Enquanto elas dedicam, em média, 21,3 horas semanais a afazeres domésticos e cuidados, os homens destinam 11,7 horas, ou seja, quase a metade.

Bolsa Atleta: mulheres seguem sendo minoria em todas as categorias

Em 2024, o programa Bolsa Atleta contemplou 9.098 atletas. Desse total, 44,4% dos beneficiários são mulheres, enquanto 55,6% são homens. Além disso, em todas as seis categorias do programa (base, estudantil, nacional, internacional, olímpico/paralímpico/surdo-olímpico e pódio) as mulheres são minoria.

Dupla barreira no esporte: mulheres com deficiência são menos contempladas que homens

Entre as mulheres contempladas, apenas 24,6% possuem algum tipo de deficiência. Já entre os homens, esse percentual é de 33,6%. Assim, os dados evidenciam que a

interseccionalidade entre gênero e deficiência impõe barreiras adicionais às mulheres atletas PCD.

Distribuição de mulheres no esporte evidencia estereótipos e exclusões por modalidade

Em quase todas as modalidades, a participação feminina varia entre 44% e 48%, mantendo, assim, a predominância masculina. Por outro lado, algumas modalidades apresentam exclusão total ou quase total das mulheres, especialmente em esportes de combate, força e ciclismo, como greco-romana, cross country, rugby em cadeira de rodas, taekwondo CBDS e paratriathlon.

Em contrapartida, modalidades artísticas e rítmicas concentram maior presença feminina, como ginástica rítmica e nado sincronizado. Além disso, entre atletas com deficiência, a representação feminina é ainda menor, sobretudo em modalidades paralímpicas e CBDS (surdo), o que reforça desigualdades estruturais no acesso às bolsas.

Mulheres têm leve vantagem no acesso à internet

Segundo a PNAD Contínua, 51,9% das pessoas que acessaram a internet nos últimos três meses eram mulheres. Além disso, em todas as regiões do país elas mantêm pequena vantagem nos indicadores de inclusão digital, compatível com sua participação populacional, que corresponde a 51,2% da população brasileira.

Acesso à internet: Diferenças entre mulheres e homens variam conforme a idade

Entre crianças e adolescentes, o acesso à internet é elevado para ambos os sexos, superando 94% a partir dos 14 anos, com leve vantagem feminina. Já entre jovens de 18 a 34 anos, o acesso é quase universal, acima de 95% tanto para mulheres quanto para homens.

A partir dos 35 anos, no entanto, a desigualdade se amplia: enquanto o acesso feminino permanece alto, o acesso masculino cai de forma mais acentuada, especialmente entre 40 e 59 anos. Entre pessoas com 60 anos ou mais, o acesso diminui para ambos, mas as mulheres continuam apresentando percentuais superiores, possivelmente associados à maior longevidade e à adaptação às tecnologias digitais.

Desigualdades territoriais afetam o acesso à internet

Entre as mulheres residentes em áreas urbanas, 90,6% acessaram a internet nos últimos três meses. Já nas áreas rurais, esse percentual foi de 83,9%. Assim, a diferença de quase sete pontos percentuais reflete desigualdades de infraestrutura, renda e oferta de conectividade

Usos da internet também são marcados por desigualdades de gênero

As mulheres utilizam mais a internet para comunicação, como no uso de redes sociais, envio de mensagens e realização de chamadas de vídeo. Por outro lado, os homens acessam mais frequentemente para jogos online: 36,9%, contra 24,0% das mulheres.

Ainda assim, uma parcela significativa das mulheres também utiliza a internet para jogos online, embora essa prática permaneça mais associada ao público masculino.

